

Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018, Pág. 149-168.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO COMPLEXO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO – MANAUS (AM)

Jéssica de Almeida Garcia,
Elane de Azevedo Pires
&

Marcelo Gustavo Aguiar Calegare

RESUMO: O trabalho em questão se propõe a apresentar a caracterização socioeconômica das famílias participantes do programa de habitação de interesse social Minha Casa Minha Vida e Entidades, a ser implementado no Complexo Colônia Antônio Aleixo, localizado na Zona Leste de Manaus (AM). A pesquisa é de cunho quanti-qualitativo de caráter exploratório-descritivo, realizada com 12 famílias candidatas ao programa, utilizando como instrumentos: formulário com perguntas abertas e fechadas; observação sistemática e assistemática e registro fotográfico. A pesquisa demonstrou que as famílias dos participantes se encontram em situação de exclusão social ocasionada e agravada por sua condição de pobreza, resultando na falta de acesso a direitos básicos como educação, emprego, saneamento e habitações adequadas para moradia. Portanto, os dados revelam a necessidade de melhores formas de atuação da referida política pública, devendo-se abranger aspectos relacionados ao problema habitacional que vão além da casa, isto é, outras dimensões da vida social.

PALAVRAS CHAVE: habitação de interesse social, políticas públicas, Colônia Antônio Aleixo.

SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS OF FAMILIES PARTICIPATING IN THE SOCIAL HOUSING PROGRAM IN THE COMPLEX COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO – MANAUS (AM)

ABSTRACT: The work purports to present the socioeconomic characteristics of families participating in the social housing program “Minha casa minha vida” and “Entidades”, to be implemented in the Complex Colônia Antônio Aleixo, Located in the East Zone of Manaus (AM). The research is quantitative and qualitative study of exploratory and descriptive character, performed with 12 families applying for the program, using instruments such as: form with open and closed questions; systematic and unsystematic observation and photographic record. Research has shown that families of participants are in a situation of social exclusion caused and exacerbated by their poverty condition, resulting in lack of access to basic rights such as education, employment, sanitation and adequate housing for housing. Therefore, the data reveal the need for improved forms of such public political activity, and one should cover aspects related to the housing problem beyond the house, that is, other dimensions of social life.

KEY WORDS: social housing, public political, Colônia Antônio Aleixo.

1 INTRODUÇÃO

O problema habitacional no Brasil é uma questão que atinge milhões de famílias em todas as regiões do país, as quais sofrem com a falta de possibilidades para adquirir uma moradia, direito básico para a sobrevivência de qualquer ser humano. As repercussões de suas causas históricas resultaram na formação das favelas, cortiços, autoconstruções e assentamentos precários que, ainda hoje, podem ser observados em todas as capitais brasileiras. A falta de recursos econômicos para as famílias pobres, má distribuição de terras e concentração de renda, sempre estiveram diretamente relacionados à falta de condições dessa classe para a aquisição de uma casa, tendo em vista seus altos custos e maior facilidade de acesso a este bem por parte da classe média.

Considerando a dimensão deste problema, que logo foi assumido como responsabilidade do Estado graças à pressão dos movimentos sociais, é que foram criados os programas de habitação de interesse social destinados para as famílias de baixa renda que residem em assentamentos precários e/ou áreas de risco. Tomando como alvo as famílias beneficiárias deste tipo de programa, é que a presente pesquisa de iniciação científica se propõe a conhecer estas, indo além da dimensão de baixa renda e se aprofundando nas demais dimensões compartilhadas por essas famílias, mais especificamente aquelas residentes no Complexo Colônia Antônio Aleixo e que irão participar de um programa de habitação de interesse social.

Esta pesquisa teve como objetivo geral fazer o levantamento da caracterização socioeconômica das famílias da Comunidade da Fé I, no Complexo Colônia Antônio Aleixo, participantes do programa de habitação de interesse social “Minha Casa, Minha Vida”. Os objetivos específicos da pesquisa compreendem: a) apresentar a caracterização socioeconômica das famílias participantes do programa e; b) descrever a organização espacial da Comunidade da Fé I, na Colônia Antônio Aleixo.

A justificativa da pesquisa consiste na necessidade de conhecer o universo das famílias que participam dos programas de habitação de interesse social e a realidade de suas moradias, pois se considera que esta ação se apresenta como fundamental para a execução deste tipo de programa e alcance de seus objetivos. A relevância da pesquisa para os participantes se apresenta na forma de contribuição para os planejamentos do

programa de habitação que será destinado a eles, permitindo compreender suas demais necessidades além da moradia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Habitação de interesse social

A falta de moradias para grande parte da população de baixa renda é um problema que está presente em todos os países do mundo, dos menos desenvolvidos às maiores potências mundiais. No Brasil, a questão da ausência de habitações com condições dignas e necessárias para as famílias mais pobres pode ser caracterizada com uma trajetória que perpassa às mais diversas discussões e medidas. Estas carregam a marca de tentativas de encontrar uma saída que atenuasse os impactos gerados pelo despreparo do Estado em lidar com o crescimento populacional e o desenvolvimento industrial, fatos que deram origem ao grande dilema da questão habitacional no país.

O agravamento da situação habitacional no Brasil teve reflexo direto na insatisfação da população com a atuação do poder público, circunstância que levou o Estado a intervir na produção habitacional, que por longos anos ficou sob responsabilidade da iniciativa privada. A atuação do Estado no âmbito da habitação de interesse social tem início com o lançamento de programas que se propunham a atenuar o déficit habitacional brasileiro, por meio do financiamento de moradias para a população de baixa renda. Este tipo de iniciativa governamental se repetiu por longos anos até a presente década, delineando um perfil socioeconômico para as famílias que necessitam de habitação e constituindo um desafio urbano para a habitação de interesse social.

Baseando-se em diversos estudos sobre a Habitação de Interesse Social, podemos defini-la como um tipo de habitação produzida para atender a necessidade de moradia de um grupo de famílias que se inserem no perfil socioeconômico de “baixa renda” (BONDUKI, 2008; LARCHER, 2005; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010a). De acordo com esse perfil, as famílias possuem rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, portanto, não possuem condições financeiras para obter a casa própria no âmbito processo do mercado capitalista, no qual, os imóveis considerados adequados para

moradia têm muitas vezes valores exorbitantes. Sendo assim, as habitações de interesse social são normalmente subsidiadas pelo poder público, que faz a seleção das famílias que prioritariamente são moradores de área de risco e as torna beneficiárias das casas.

Com a Constituição de 1988, passou a ser competência dos Estados e Municípios “a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 10). Bonduki et al. (2003 *apud* LARCHER, 2005) também afirma que a Constituição Federal de 1988 passou a atribuir ao solo urbano uma função social, com isso “o conceito de Interesse Social é constitucionalmente incorporado às políticas habitacionais para os setores de população de baixa renda” (LARCHER, 2005 p. 10).

De acordo com Azevedo (2007), as diversas formas de moradias alternativas existentes caracterizam o cenário de um país que tentou intervir na problemática habitacional, investindo em programas de habitação que por mais de 20 anos alcançaram a classe social menos necessitada. A classe média, ao alimentar tais programas com seu capital, contribuiu para a exclusão de participação das classes populares que recebiam até três salários mínimos. Esta última classe se configurava como sendo prioridade na intervenção habitacional, mas por não apresentarem condições econômicas capazes de sustentar os investimentos do setor privado na habitação, acabavam por ser alijados de tal intervenção governamental. Em virtude desse quadro, é possível delinear o agravamento do problema habitacional brasileiro referente ao déficit habitacional e a expansão dos assentamentos precários.

Segundo Ministério das Cidades, os assentamentos precários podem ser caracterizados por diversos aspectos como:

[...] pela irregularidade fundiária e/ou urbanística; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b, p. 11).

De acordo com estudos da Fundação João Pinheiro (2013) com base no Censo Demográfico brasileiro de 2010 que calculou o déficit habitacional considerando a soma de domicílios precários (improvisados e rústicos), coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados, o Brasil apresenta um déficit habitacional total de 6,490 milhões de casas, quantidade essa referente a 12,1% das residências, com maior concentração no Sudeste (38%) e Nordeste (30%).

Referente ao déficit habitacional total e relativo, as capitais brasileiras que apresentam o maior déficit habitacional são: São Paulo (474 mil), Rio de Janeiro (220 mil), Brasília (126 mil), Salvador (106 mil) e Manaus (105 mil unidades), sendo que Manaus é a capital que apresenta o pior déficit relativo, com 22,9% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [FJP], 2013, p. 48). Os estudos da FJP demonstraram que o déficit habitacional no Brasil é composto em mais de 70% pela coabitação familiar (43,1%) e ônus excessivo com aluguel (30,6%), além dos domicílios precários (19,4%), e adensamento excessivo de domicílios alugados (6,9%).

Entende-se que o déficit habitacional que se configura por meio das problemáticas apresentadas pela questão habitacional brasileira, não necessita apenas de construção de novas habitações, ou remanejamentos e reassentamentos de famílias que habitam em construções inapropriadas, cortiços, favelas, lotes clandestinos, dentre outros. O déficit também se estende às famílias que necessitam de condições dignas de habitação, como o saneamento básico, que é um dever mínimo do poder público (BONDUKI, 2008).

A cidade de Manaus (AM), um dos destaques no Censo do IBGE em 2010 por apresentar índices relevantes de déficit habitacional no Brasil, foi caracterizada por meio de uma pesquisa acerca da vulnerabilidade socioambiental nas regiões metropolitanas brasileiras (DESCHAMPS, 2009) como uma das cidades que apresenta os maiores indicadores de vulnerabilidade social e risco ambiental. No âmbito das variáveis de risco ambiental, a região metropolitana de Manaus apresentou 23 áreas de alto risco com mais de 60% dos domicílios em condições inadequadas de saneamento, “o que mais chama atenção é a enorme quantidade de condições mínimas de infraestrutura de saneamento por toda a cidade” (op. cit., p. 121).

Os dados revelam que por detrás de todos os indicadores e pesquisas que apontam Manaus com elevados índices de déficit habitacional e estruturas precárias de habitação que se estendem por toda a cidade, existem inúmeros fatores sociais, econômicos e políticos que contribuem para a manutenção desse cenário não só no Amazonas, mas em todos os estados brasileiros. Com o intuito de reverter esse quadro, é que, por meio da evolução dos programas habitacionais lançados desde a instituição da Habitação de Interesse Social, tem-se buscado atingir principalmente a população de baixa renda carente de habitações.

Tal objetivo vem sendo administrado pelo Ministério das Cidades, criado pelo governo Lula, órgão que gerencia a Política de Desenvolvimento Urbano e a Política Setorial de Habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). O mais recente programa habitacional brasileiro consiste no Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 como uma reação do governo Lula a crise econômica que se instaurava mundialmente (CARDOSO, 2013).

O Minha Casa Minha Vida é um programa de habitação de interesse social que tem financiado moradias para famílias com renda de 0 a 10 salários mínimos, e que dentre suas competências visando à função social, atua por meio da geração de empregos e o incentivo às atividades da construção civil (MOTTA, 2010; CARDOSO, 2013). A meta de construções pré-estabelecida pelo programa consistia em um milhão de moradias distribuídas de acordo com as faixas de renda: até 3 salários mínimos, até 6 salários mínimos e até 10 salários mínimos. Para a primeira faixa, a prestação mensal seria de R\$ 25,00 a R\$ 80,00, pagamento este considerado simbólico (CARDOSO, 2013).

A Habitação de Interesse Social surge, portanto, como uma medida de intervenção do governo na questão habitacional brasileira, a partir da deficiente produção de habitações alcançáveis aos setores de baixa renda pela iniciativa privada, além da forte pressão de movimentos populares que evidenciavam a insatisfação com a atuação do Estado na problemática habitacional, a qual afeta, sobretudo, os setores populares que não dispõem dos recursos financeiros necessários para comprar ou construir suas moradias com as condições mínimas de habitabilidade.

2.2 Dialética inclusão/exclusão social

Uma das medidas adotadas para a redução da exclusão social no Brasil está na oferta de serviços no âmbito da educação, saúde, saneamento e moradias adequadas por meio de programas assistencialistas promovidos pelas políticas públicas, pois se considera que ao tornar acessíveis estes tipos de serviços básicos, obtêm-se uma amenização da condição de pobreza em que vive uma considerável parte da população (LEMOS, 2003). Nesse sentido, o exercício da Habitação de Interesse Social compõe um dos alvos das políticas públicas que objetivam reduzir os altos índices de exclusão social. Estas se configuram por meio do cenário socioeconômico brasileiro promovendo acesso à casa própria, pois a habitação, mais precisamente o déficit habitacional, insere-se como um dos indicadores que podem evidenciar níveis de exclusão social (STAEVIE, 2009).

Pode-se afirmar que as evidências do processo de exclusão no âmbito habitacional podem ser encontradas nas condições precárias em que a população dos excluídos socialmente habitam, pois estas refletem diretamente as condições socioeconômicas a que estão relegadas tais populações e que as inserem nos segmentos excluídos. Conforme aponta Carvalho (2003, p. 17), “a imensa quantidade de excluídos concentram-se de forma cada vez mais explícita nas cidades brasileiras. As favelas, os cortiços são as manifestações mais extremas dessa exclusão”. Isto acontece porque os processos de exclusão social acabam por conduzir as populações vulneráveis socialmente a buscarem suas próprias formas de subsistência por meio de soluções alternativas (TSUGUMI, 2009 *apud* BORBA; LIMA, 2011). No contexto habitacional, identifica-se que seria esta a medida adotada pela população de baixa renda ao recorrer à autoconstrução com infraestrutura precária, moradias em favelas e áreas de risco, além das ocupações irregulares, como modos alternativos de possuir um abrigo.

Wanderley (2001) coloca que, nos anos 1990, os excluídos eram vistos como aqueles que, em razão de vários fatores como urbanização, desigualdade social, má distribuição de renda e outros, se viam impossibilitados de adentrar o mercado, mostrando o conceito de exclusão social ainda fortemente ligado ao desemprego e a pobreza. Com o surgimento de novas pesquisas acerca dessa temática, a exclusão social passou a adquirir novas ênfases, e observou-se que o conceito de exclusão social ia

muito além da dimensão econômica. Leal (2008) afirma que esta não pode ser reduzida apenas a privação de acesso a serviços econômicos, laborais, atendimentos básicos e restrito à desigualdade, mas que também compreende uma exclusão moral e cultural.

Véras (2003), Leal (2008) e Salomoni (2009), com base nas concepções de José de Souza Martins, destacam que a exclusão não pode ser apontada sem a inclusão social, proposta central das políticas públicas e programas assistencialistas, pois a estes excluídos seria relegado um modo de inclusão marginal e precário. Martins (1997 *apud* SALOMONI, 2009) afirma que o modo como as políticas públicas têm buscado incluir as populações excluídas socialmente tem se constituído à sua maneira. A este modo de incluir socialmente denominou-se de inclusão marginal e perversa, constituindo-se formas precárias de inclusão.

Calegare e outros (2013) relata que as políticas públicas voltadas para a inclusão/inserção social podem ser consideradas como políticas que promovem a inclusão marginal ou perversa, pois além de tornar a população alvo de suas ações em vítimas de tais processos, ou até mesmo culpabilizá-las por sua condição, acabam por realizar sua “inclusão” na sociedade de qualquer modo, promovendo uma inserção considerada como marginal.

A dialética inclusão/exclusão poderia ser resumida no modo como uma sociedade exclui alguns segmentos por considerá-los inferiores em virtude da raça, classe social, etnia ou gênero, privando-os dos seus principais direitos básicos, e limitando o acesso a estudos e profissionalização, o que poderia lhes fornecer subsídios para sair da condição de pobreza. Mas ao invés disso, após excluí-lo e passado o período de permanência na exclusão, promove a sua inclusão marginal e perversa de acordo com seus próprios preceitos e do modo que lhe convém (VÉRAS, 2003).

Gonçalves (2010) coloca que, quando se desenvolvem políticas públicas para um determinado segmento, e que se considera que todos os indivíduos que o compõe são iguais, sem considerar suas individualidades, há uma contribuição para que a desigualdade seja mantida, assim como as condições que a originam. A mesma autora aponta ainda que todo sujeito é histórico e, portanto, diferencia-se do outro em sua subjetividade. Dessa forma, ao reconhecer essa característica nas políticas desenvolvidas para o atendimento a essas populações, se estaria contribuindo para que as concepções naturalizadoras, que colocam indivíduo como responsável por suas

conquistas e derrotas sejam interrompidas. Além disso, esta mudança colocaria os sujeitos em uma posição de participação ao invés de passividade, uma das principais consequências do processo de inclusão/exclusão das populações excluídas (op. cit.).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser caracterizada como quanti-qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Tal configuração da pesquisa se dá em razão de se inserir na classificação de “estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno (...)” (MARKONI; LAKATOS, 2008, p. 71) e que dessa forma tais descrições podem quantitativas e/ou qualitativas. Assim, a pesquisa de campo descritiva envolve os aspectos de “descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente” (BEST, 1972 *apud* MARKONI; LAKATOS, 2008, p. 71). Seu caráter quanti-qualitativo se dá por meio da coleta de dados na fase exploratória de campo (CHIZZOTTI, 2009).

Participaram da pesquisa 12 moradores de assentamentos precários (amostra intencional, não probabilística), residentes na Rua Dr. João de Paula, na Comunidade da Fé I, e que se enquadram nos critérios de participação do programa de habitação de interesse social “Minha Casa Minha Vida e Entidades” no Complexo da Colônia Antônio Aleixo. Os critérios utilizados para a inclusão dos participantes na pesquisa foram: o tempo de residência no Complexo Colônia Antônio Aleixo como sendo igual ou superior a 5 anos; além de residir em assentamento precário considerado como área de risco.

Para a obtenção dos dados coletados foi aplicado um formulário com perguntas abertas e fechadas levantar dados sociodemográficos (identificação, gênero, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda familiar, composição familiar) e de habitação (condições da habitação, acesso a serviços públicos, situação da moradia). Também se utilizou as técnicas de observação sistemática e assistemática, com registro em diário de campo utilizado para descrever a Comunidade da Fé I e as condições das famílias, além do registro fotográfico para a descrição da Comunidade da Fé I e das casas dos participantes entrevistados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Complexo Colônia Antônio Aleixo

Em 1979, ocorreu a desativação da Colônia Antônio Aleixo enquanto um leprosário, deixando de ser um Hospital-Colônia para ser transformado em bairro, semelhante ao que ocorreu com as demais unidades de isolamento que haviam no Brasil (ALVES, 2011). A partir de então a área passou a ser habitada inicialmente pelos hansenianos e seus parentes, e posteriormente pela população em geral que para lá se deslocava.

Com a abertura oficial do bairro, deu-se início ao plano de distribuição de terrenos na área tendo como prioridade os moradores que já residiam no bairro antes da desativação, e apesar dessa distribuição, a área permanece sob o domínio da Secretaria Patrimônio da União (ALVES, 2011). Além destes que já se encontravam no bairro, vieram também pessoas oriundas do interior do Amazonas que buscavam terras nos âmbitos do Complexo (op. cit.), o que contribuiu para um aumento considerável da população no bairro. De acordo com dados secundários acerca dos indicadores populacionais no Amazonas obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Colônia Antônio Aleixo em 2010 possuía uma população de 16.602 pessoas, ocupando o 35º lugar no ranking dos bairros mais populosos de Manaus (IBGE, 2010).

Devido ao considerável aumento populacional, o bairro foi dividido em oito comunidades: Fé I, Fé II, Onze de Maio, Nova Esperança, Colônia Antônio Aleixo, Conjunto Guilherme Alexandre (Morro), Planalto e Buritizal.

4.1.1 Condições de moradia no Complexo

Em várias áreas do Complexo podem ser registrados locais de risco onde residências foram construídas, a partir desses processos de ocupações irregulares. O bairro Colônia Antônio Aleixo foi identificado com cerca de 4.778 edificações em área de risco, com a presença de edificações classificadas nos níveis R3 e R4. De janeiro a julho de 2014, foram registrados na Colônia 7 alagamentos, 6 desabamentos e 4 deslizamentos, os quais afetaram as famílias que residiam próximo aos locais dessas ocorrências (SECRETARIA EXECUTIVA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, 2014).

4.2 Comunidade da Fé I

A Comunidade da Fé I é a primeira comunidade do bairro pelo acesso via Alameda Cosme Ferreira. Por ela passa a rua principal do bairro, a Rua Getúlio Vargas, onde estão instalados alguns dos principais serviços públicos do bairro.

4.2.1 Rua Dr. João de Paula (local da pesquisa)

As famílias participantes da pesquisa residem na Rua Dr. João de Paula, na Comunidade da Fé I. A rua possui 7 km de extensão, seu início é asfaltado e à medida que se adentra, começam a serem observadas casas localizadas nos barrancos presentes em ambas as extremidades da rua e que se estendem até as ruas principais nas partes mais altas da Comunidade da Fé I e Fé II. A Rua Dr. João de Paula assume então a configuração de um buraco oval, característica responsável pelo nome "Buracão", como vulgarmente é conhecido o lugar pelos moradores do bairro. Nos barrancos que cercam a rua foram construídas casas que podem ser caracterizadas tanto como assentamentos precários, quanto por residências que apresentam melhor infraestrutura.

Em ambos os casos, as casas estão cercadas por uma grande quantidade de árvores que não podem ser cortadas em virtude do risco de deslizamento na área, e que dessa forma representam um risco principalmente para as residências mais precárias, pois muitas são de madeira envelhecida e seu alicerce já se encontra cedendo. O deslocamento pelo local é difícil principalmente em dias chuvosos, pois a rua, com exceção da parte inicial, não é asfaltada e existem diversos buracos que se abrem na estrada de barro, os quais se transformam em enormes poças de lama após as chuvas. Também foi observada uma grande quantidade de lixo e capim no local, tornando a rua ainda mais estreita para a passagem de pedestres de e carros.

4.3 Perfil das famílias candidatas ao programa

4.3.1 Perfil socioeconômico

Dos participantes que responderam o formulário, sendo um total de 12, os participantes eram predominantemente do sexo feminino (10), com idades que variavam de 19 a 57 anos de idade. O local de nascimento dos entrevistados foi variado, visto que havia nascidos na capital (6), no interior do estado (5) e fora do estado (1).

O estado civil dos participantes registrado compreendia casados (2) e em situação de união estável (6), estando os demais solteiros e divorciados (4). Acerca do número de filhos por participante, a média registrada foi de 5 filhos por participante, com uma variação de 01 a 11 filhos por família.

O nível de escolaridade registrado entre os participantes foi desde o analfabetismo até o ensino médio incompleto. A maior frequência foi a de ensino fundamental incompleto (9), seguida pelo analfabetismo (2) e ensino médio incompleto (1). A baixa escolaridade entre populações alvo das políticas públicas é muito comum, visto que essas camadas pela falta de acesso à educação básica, um dos pilares que servem de base para a emancipação e autonomia dos indivíduos, terminam relegadas à falta de capacitação e qualificação profissional, impedindo dessa maneira sua inclusão no mercado de trabalho.

Com relação ao principal trabalho ou ocupação como fonte de renda dos participantes, não foi registrado nenhum participante que trabalhasse de carteira assinada e suas ocupações se distribuíam em autônomo e manicure (3), além dos participantes que recebiam apenas o Bolsa Família (5) e de outros que não tinham nenhuma fonte de renda pessoal (4). Dentre os participantes que possuíam ou não uma fonte renda, todos afirmaram que a renda familiar total mensal não alcança o valor de um salário mínimo, e conforme os critérios de inclusão para participação no programa Minha Casa Minha Vida que estabelece a faixa de 0 a 3 salários mínimos, todos os participantes se enquadram neste critério.

Considerando esta dimensão socioeconômica dos participantes elegíveis a participar do programa de habitação de interesse social podemos afirmar que os participantes se encontram não apenas em situação de desemprego por estarem fora do mercado de trabalho em virtude da baixa escolaridade e falta de qualificação, e de

pobreza por suas famílias sobreviverem com menos de um salário mínimo por mês, mas se encontram também em situação de exclusão social. Conforme aponta Campos (2013), há casos em que a situação de pobreza culmina com a privação dos indivíduos no acesso aos recursos disponíveis para a sociedade e que implicam o exercício da cidadania.

Dessa forma, esses participantes se enquadram em níveis de exclusão social não apenas pelo fato de se encontrarem em situação de pobreza, mas por estarem privados do acesso às oportunidades, observado aqui como sendo inicialmente a educação básica e o emprego, os quais poderiam garantir a estes indivíduos a conquista de uma qualidade de vida. Estas camadas pobres e desempregadas recorrem então aos benefícios sociais, como identificado dentre os participantes o principal deles o Bolsa Família, que por meio da transferência de renda para estes indivíduos não tem sido suficiente para suprir a alta demanda destas famílias, mas ainda é o recurso que têm mantido milhões de famílias brasileiras. Somado a isso, a baixa renda da população pobre e desempregada acentua ainda mais a dificuldade de acesso destas camadas a aquisição de moradias dignas, não havendo outro meio que não seja através dos programas de habitação, o que enfatiza ainda mais a importância da atuação do Estado na provisão de habitações.

4.3.2 Moradia

O tempo que os participantes já residem na Rua Dr. João de Paula variou de 01 a 30 anos, com uma predominância de participantes que já moram no bairro há mais de 16 anos (6). A grande maioria (10) mora com filhos e agregados, além do companheiro nos casos em que o participante é casado ou vive em união estável. Identificou-se durante coleta de dados a presença de mais de uma família residindo na mesma casa, resultando em uma variação de 02 a 09 habitantes por residência, explicando a alta frequência de participantes que residem com agregados, além do companheiro e/ou filhos. Segundo dados da FJP (2013) somente a coabitação familiar, que se refere às famílias secundárias que residem na mesma casa e que possuem intenção de adquirir uma moradia própria, foi responsável por cerca de 70% do déficit

habitacional brasileiro de acordo com o censo demográfico de 2010. Os estados que mais alcançaram destaque neste componente do déficit foram o Amazonas e o Amapá, sendo que no Amazonas a coabitação familiar representa metade do seu déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Os tipos de casas dos participantes variavam entre madeira (4) e alvenaria (8) e todas as casas estão assentadas em barranco. Independente do tipo de casa em que residem os participantes, a característica principal a ser observada entre elas é a precariedade destes assentamentos. Além disso, somente a localização dessas casas em barrancos, considerados como área de risco em virtude de deslizamentos, já permite classificar as casas dos participantes como assentamentos precários. Uma das categorias destes assentamentos é composta por habitações inadequadas para moradia por apresentarem riscos para os seus moradores em virtude de sua localização resultado da “ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b, p. 11).

As casas dos participantes possuem de 01 a 04 compartimentos, porém metade dos participantes (6) residem em casas com apenas 02 compartimentos, e os demais (4) tem apenas 01 compartimento em suas residências. Se for comparada a quantidade de habitantes e a quantidade de compartimentos em cada casa, obtêm-se 05 participantes residindo em moradias com cerca de 3,1 a 6 habitantes por compartimentos, caracterizando a manifestação de adensamento excessivo. Este adensamento é determinado pela quantidade de habitantes por dormitório, sendo que deve ser superior a três, e desde o ano de 2008 é considerado na composição da inadequação de domicílios (FJP, 2013). O estado do Amazonas apresentou 79.210 domicílios próprios com adensamento excessivo de acordo com o censo demográfico de 2010, e o Brasil soma a presença de 1.583,763, representando 3,2% do déficit habitacional (FJP, 2013).

Nenhuma das casas foi comprada, e metade dos participantes (6) residem em moradias cedidas por familiares ou vizinhos. Os outros participantes (6) residem em casa própria, com apenas 01 registro em que a casa foi trocada, e as outras 05 foram construídas pelos próprios participantes e familiares, mas se sabe que as demais casas também foram autoconstruídas apesar de terem sido adquiridas de forma secundária pelos demais participantes.

De acordo com a história da habitação brasileira, a autoconstrução foi uma das saídas encontradas pela população frente à ineficiência do Estado na provisão de habitações para as camadas mais pobres (AZEVEDO, 2007). Entretanto, esta medida em inúmeros casos resultou em construções com condições precárias, pois boa parte das famílias não possuem renda suficiente para investir em uma casa com infraestrutura adequada e optam por localidades inadequadas em virtude da má distribuição e falta de terras.

Apesar de todos os participantes entrevistados terem suas casas construídas em áreas de risco, 03 participantes afirmaram possuir documento de posse da casa e do terreno mesmo este estando irregular, outra característica que agrava o problema da habitação, visto que a maior parte das habitações que se encontram em locais precários, podem ter sido construídas após ocupações irregulares (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). A falta de regularização implica em consequências para a continuidade das famílias nesses locais, visto que “edificadas à margem da ilegalidade, não contam com infraestrutura nem serviços públicos indispensáveis à vida coletiva” (BURNETT, 2009, p. 100).

4.3.3 Serviços públicos

O acesso a alguns dos principais serviços públicos como iluminação (pública e residencial), água encanada, rua asfaltada e rede de esgoto foram questionados e registrados. Destes serviços, todos os participantes em geral têm acesso apenas à iluminação e rede de esgoto, 01 participante não possui água encanada em sua residência, e a rua, conforme exposto na descrição do local, não é asfaltada.

De acordo com Azevedo (2007) após a criação do Ministério das Cidades em 2003, o tema da habitação passou a receber uma visão holística, pois a questão habitacional passou a não estar restrita apenas a questão do habitat e construção de novas moradias, mas também passou a envolver a provisão de saneamento, transporte, regularização fundiária e outros. O diagnóstico acerca da questão habitacional também compreende o acesso aos serviços públicos básicos que são identificados por meio do censo demográfico.

Acerca do acesso ao serviço de coleta de lixo, alguns moradores informaram que o caminhão adentra a Rua Dr. João de Paula. Apesar disso, foi percebida uma grande

quantidade de lixo e capim nas ruas e ao redor de algumas casas. De acordo com Lemos (2003) uma das medidas adotadas para a redução da pobreza e desigualdade social evidenciada no Brasil, está na oferta de serviços oferecidos por meio de programas assistencialistas para a camada populacional que não apresenta condições econômicas de acesso a estes serviços, e que por isso, o acesso aos serviços de água tratada coleta de lixo e rede de esgoto, além de caracterizarem a situação habitacional também são alguns dos indicadores utilizados pelos Índices de Exclusão Social.

Acerca da segurança pública, foi perguntado se os participantes se sentiam ou não seguros na comunidade, entretanto, muitos participantes entendiam se tratar do sentimento de segurança em relação à casa, e dessa forma muitos colocavam sua preocupação com a situação da moradia: *“Rapaz, livrando do barranco aí de cair. O perigo é quando dá esses torzão de água aí”* (A.F.L., 57 anos); *“Não, porque quando não chove é bom, mas quando chove começa a quebrar o barranco. O barranco já caiu aí atrás. Porque eu tenho duas crianças que uma tem dois anos e outra tem quatro anos. Aí eu não me sinto em segurança com eles, em relação aos meus filhos né”* (L.S.V., 30 anos). Após os comentários dos participantes, a pergunta era feita novamente, mas enfatizando sua relação com o nível de marginalidade no local, e nesse caso, metade dos participantes (6) afirmou sentir-se segura e a outra metade (6) não. Apesar do parecer dos participantes, o local é conhecido como área vermelha com alto índice de venda de entorpecentes.

Com relação ao serviço de transporte público, a maioria dos participantes (8) avaliou como sendo péssimo este serviço na comunidade. O acesso ao serviço de transporte coletivo com qualidade constitui o direito de acesso à cidade, além de estar relacionado à questão de mobilidade urbana que interfere na qualidade de vida da população (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Todos os participantes afirmaram nunca terem participado de nenhum outro programa de habitação, e quando perguntados acerca da representatividade da casa em que reside para si, houveram colocações de satisfação em relação ao fato de possuir uma casa ainda que a mesma esteja em área de risco: *“Eu tô em risco ali, mas a minha casa é tudo o que eu não tinha né. Ali é meu refúgio, meu e dos meus filho. Ali pra mim é tudo”* (W.M.P., 42 anos).

Também emergiram falas relacionadas ao possuir uma casa não apenas para usufruto pessoal, mas um benefício estendido a toda família: “*A minha representação é de um dia eu morrer e deixar pros meus filhos, meus netos. É esse que é o agarramento maior aqui*” (R.S.N, 54 anos).

Outros participantes evidenciaram a insatisfação com a moradia e preocupação com as condições desta:

Eu penso é sair dessa casa aí. Eu tava até querendo vender, mas ninguém compra ela não, porque é arriscado né. Sair daí desse lugar aí que eu tenho muito medo, medo mesmo. E quando é de noite, é escuro, escuro, escuro. Eu não saio nem pra fora, pra sentar aqui na frente porque eu tenho medo de noite (V.L.P.S., 36 anos).

5 CONCLUSÃO

A Habitação de Interesse Social apesar de ter emergido a partir do descontentamento em relação à configuração da situação habitacional no Brasil, ainda não conseguiu, após cerca de oitenta anos de seu despontamento, sanar o déficit habitacional brasileiro através de seus programas habitacionais.

Apesar da divulgação de números que apontam para sua atuação, há evidências por todo país do quanto ainda se faz necessário investir na produção de habitações para as populações desfavorecidas. Além disso, cabe observar que a classe social mais necessitada da provisão de moradias não mudou desde a emergência do problema habitacional, o que leva ao questionamento acerca da efetividade dos programas criados para favorecer a aquisição de moradias por tal classe. Além disso, questiona-se o quanto vem sendo investido não somente no fornecimento de habitações, mas na provisão de educação e geração de empregos a fim de que as famílias que constituem essas massas possam sair da categoria de classe necessitada. Com isso, se garantiria que tivessem possibilidades de comprar/construir suas próprias moradias, com condições de habitação dignas e acesso aos recursos públicos básicos para sua sobrevivência. Considerando que a intervenção pública na distribuição de terras e nos valores atribuídos, as mesmas continuam sendo primordiais e progressivamente planejadas por meio das políticas habitacionais.

Sabendo-se que a própria política habitacional busca promover a inclusão social dos indivíduos por meio do fornecimento de moradias dignas para os segmentos

excluídos, compreende-se que a inclusão desses participantes no Programa Minha Casa Minha Vida é fundamental para que estes tenham uma oportunidade de acesso e melhorias na sua condição de vida. Entretanto, para que essa inclusão se dê de maneira efetiva, cabe observar qual nova realidade será imposta aos beneficiários do programa, pois tal inclusão não pode ser reduzida apenas a posse de uma casa para se morar. Além da moradia, reivindica-se o direito de viver na cidade, visto que a moradia compreende tudo aquilo a que uma família tem direito e que necessita, garantindo sua permanência e transformando sua qualidade de vida.

Por isso, o conhecimento da realidade que já é vivenciada por estas famílias é essencial para que o planejamento das políticas públicas voltadas para elas não tenha o efeito inverso ao da inclusão social. Tirar estas famílias de áreas de risco para reassentá-las em lugares distantes, sem equipamentos públicos, creches, escolas, onde terão que arcar com custos de luz, água e demais empreendimentos com menos de um salário mínimo mensal, não é promover inclusão social, mas reproduzir exclusão social. A dificuldade na permanência das famílias beneficiárias em condições como as supracitadas já foi registrada em outras pesquisas sobre programas de habitação, e se acredita que o presente estudo possa ajudar a orientar novos planejamentos que visem a mesma finalidade.

Além disso, considerando as várias dimensões da vida social implicadas na participação destes indivíduos e dos laços que envolvem a relação destes com suas casas, sugere-se a integração de outros profissionais capacitados para trabalhar as questões relacionadas à subjetividade destes indivíduos em relação à participação no programa. Apesar de compartilharem realidades semelhantes, a maneira como estes a vivenciam e concebem não se dá igualmente, a exemplo do que foi identificado em suas falas a respeito da representação de suas casas. Entender e garantir que os beneficiários de programas assistencialistas tenham suas individualidades respeitadas é possibilitar sua contribuição para as ações a que serão submetidos, é reconhecê-los enquanto sujeitos na execução de políticas públicas, como a de habitação de interesse social (GONÇALVES, 2010).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Juliana Araújo. **A dimensão da saúde no espaço urbano: desativação do hospital-colônia e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus-AM.** 2010. Disponível em: <<http://www.academicomundo.com.br/artigos/revista3/juliana.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- AZEVEDO, Sérgio. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto Lucio. (Org.) **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Porto Alegre: ANTAC, 2007. p. 13-41 (Coleção Habitare).
- BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arb/urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2014.
- BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr-jun. 2011.
- BURNETT, Frederico Lago. As Cidades Brasileiras e a Desigualdade Socioespacial. **Revista Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**. Rio de Janeiro, v. 06, n. 24, p.99- 112, dez.2009.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar et al. Acesso a bens e serviços sociais em UC: questão de cidadania e inclusão social. **Novos Cadernos NAEA**.v. 16 n. 1, p.249-282, jun. 2013.
- CAMPOS, Anabela Pereira. **Habitação Social no Concelho da Covilhã: Inclusão ou Exclusão?** 2013. 134f. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas, Covilhã. 2013.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 07-66
- CARVALHO, Edemir de. **Mapa da inclusão/exclusão social e qualidade de vida em Marília.** 2003. Disponível em: <http://www.levs.marilia.unesp.br/GUTO/edemir/projeto_edemir.pdf>. Acesso em: 28 de dez. de 2014.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 164 p.
- DESCHAMPS, Marley Vanice. **Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileira.** 2009. Disponível em: <https://web.observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook_file/relatorio004_2009.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2014.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil.** Belo Horizonte, 2013, 78p. CD-Rom.
- GONÇALVES, Maria da Graça. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2010. 134p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Populacionais.** 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2015.
- LARCHER, José Valter Monteiro. **Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social.** 2005, 41 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, PR, 2005.
- LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e rupturas dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo.** 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2008.
- LEMOS, José de Jesus Sousa. **Pobreza e exclusão social no Brasil em 2003.** 2003. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1102.pdf>>. Acesso em: 24 de dez. 2014.

- MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 276 p.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos MCidades n. 4. Brasília: 2004. 104 p.
- _____. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010a. 83 p.
- _____. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de favelas: a experiência do PAC**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010b. 87 p.
- MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. 2010. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2014.
- SALOMONI, Saete Maria. **Moradores do Universo**: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programas de melhoramento urbano. 2009. 113 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2009.
- SECRETARIA EXECUTIVA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. **Relatório Técnico**. Manaus, 2014. Relatório. Digitado.
- STAEVIE, Pedro. Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia. **Textos e debates**. v. 1, n. 17, p. 33-51, 2009.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n. 38, p. 79-114, jan-jun 2003.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26.

Recebido em 10/10/2017

Aceito: 5/12/2018.

Sobre autores e contato:

Jéssica Almeida, Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: jessica_almda@hotmail.com

Elane Azevedo Pires - Oficina escola de Ltheria da Amazônia

E-mail: elane_pires@hotmail.com

Marcelo Augusto Calegare – Professor do PPGPSI/UFAM (Manaus)

E-mail: mgacalegare@ufam.edu.br